



# Continente africano foi precursor da ideia de educação superior, mas Europa leva referência por instituir seu modelo ao mundo

Elton Marcolin / 25 de maio de 2023 / Especial Semana da África, reportagem

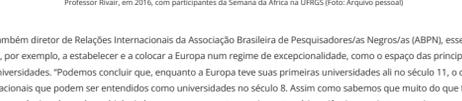
## Educação | Pesquisadores apontam o desconhecimento da realidade dos povos africanos e a imposição do paradigma eurocêntrico entre as razões para a predominância de determinado sistema de ensino

\*Ilustração: Mito Mendonça

A história e a cultura africanas são frequentemente mal compreendidas e estereotipadas, tanto no Brasil como em outros lugares do mundo. Explorar a história das universidades africanas e sua contribuição para o conhecimento global pode ajudar a desafiar essas percepções equivocadas e destacar a riqueza da cultura e do pensamento africanos. Por um lado, é reconhecido que a semente do ensino formal surgiu no continente africano ainda no período medieval. Por outro, o poder político, cultural e econômico prevaleceu ao se nomear a origem dos moldes da educação, uma vez que as universidades citadas e expandidas como modelos mundo afora – como Bolonha (Itália), Oxford e Cambridge (Inglaterra) e Paris (França) – são de linhagem europeia.

Escritor, pesquisador e professor do departamento de História da UFRGS, José Rivair Macedo pontua semelhanças e diferenças da origem e evolução das instituições de educação de nível superior na história. “Há elementos de que a ideia dos primeiros locais de ensino na Europa se espelhou nas escolas de conhecimento do Norte da África, chamadas de madraças – locais de formação religiosa. Inclusive na Europa, inicialmente, o conteúdo ensinado era de cunho religioso, assim como o nome *collegia* veio do período anterior e de outro continente [Europa]”, explica. O historiador ressalta que houve um processo de secularização dos *collegia*, esses estabelecimentos de ensino europeus, a partir da visão branca de entendimento de um paradigma de ensino e formação superior.

A narrativa única sobre a África em que se negava a produção de conhecimento no continente contribuiu para estabelecer a Europa como espaço excepcional. Porém, há material para afirmar que a África já tinha espaços educacionais considerados universidade no século 8, e muito do conhecimento atribuído à Europa provém do continente africano, avalia o professor e pesquisador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros da Universidade Estadual de Maringá (Paraná) Delton Aparecido Felipe. “A gente tem que lembrar que se até 1950, 1960, tínhamos uma única narrativa sobre o continente africano, aquela coisa de uma história única, de que ele não era espaço de produção de conhecimento, logo se negava tudo que era produzido lá, exaltando o estereótipo, como a ideia da África lugar de povos isolados, selvagens e não civilizados.”

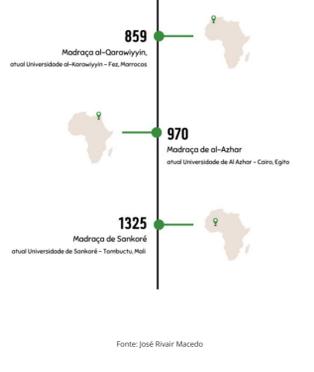


Professor Rivair, em 2016, com participantes da Semana da África na UFRGS (Foto: Arquivo pessoal)

Segundo Delton, também diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), esse tipo de pensamento ajuda, por exemplo, a estabelecer e a colocar a Europa num regime de excepcionalidade, como o espaço das principais produções de conhecimento e universidades. “Podemos concluir que, enquanto a Europa teve suas primeiras universidades ali no século 11, o continente africano tinha lugares educacionais que podem ser entendidos como universidades no século 8. Assim como sabemos que muito do que foi produzido pelo continente africano, o próprio saber sobre a biologia humana, corpos, astronomia, matemática, ciência, arquitetura, muitas vezes é imputado à Europa”, contextualiza.

O pesquisador acrescenta que colegas latinos chamam isso de extrativismo epistêmico, ou seja, para além do eurocentrismo, se causa o epistemiocídio. “Como disse Edison Carneiro, os conhecimentos dos povos negros e dos seus ancestrais foram apropriados e retirados do protagonismo negro, fazendo crer que teriam vindo de povos europeus. E hoje nós temos base para afirmar que não, que esses conhecimentos estavam antes nos povos africanos e muitos desses viviam abaixo do deserto do Saara”, cita, referindo-se às diversas iniciativas educacionais da época ao Norte do continente africano, do Marrocos ao Egito.

### Embrões de estabelecimentos universitários na Idade Média



Fonte: José Rivair Macedo

### Universidades contemporâneas

As universidades contemporâneas do continente africano decorrem parcialmente dos antigos estabelecimentos de ensino, especialmente em alguns lugares, como na parte Norte subsaariana da Bacia do Rio Níger, em que havia as madraças, e também na parte oriental do continente, no litoral do Índico, onde há antigas instituições de conhecimentos muçulmanos, explica José Rivair Macedo. Para o historiador, é relevante distinguir essas áreas do continente de outras onde não havia estabelecimentos de ensino, que eram localidades puramente agrícolas. Com isso em mente, é possível compreender melhor a influência da colonização.

“A colonização europeia da África acontece lá por volta de 1880 e vai até 1970. Esse período corresponde, do ponto de vista do conhecimento, a um momento de imposição cultural do mundo branco ocidental do ensino curricular ou do ensino religioso, missionário, a estudantes africanos nos colégios e nas universidades”, afirma Rivair.

O professor esclarece que a aderência ao modelo europeu foi muito mais fácil em regiões nas quais não havia ainda nenhuma base de ensino. Então há uma grande circulação de informações ocidentais no continente, e os primeiros intelectuais e líderes africanos foram metodologicamente todos com a metodologia de ensino europeia, destaca. A partir daí, os próprios africanos formados pelo império europeu iam circulando e reproduzindo a cultura que tinham aprendido. O pesquisador da UFRGS cita dois exemplos. “Nas lutas pela independência em Cabo Verde, eles se encontravam ou se conheciam na casa do estudante, em Portugal, assim como em 1956, quando aconteceu o chamado primeiro encontro de escritores e artistas negros dentro da Universidade de Paris.”

O diretor de Relações Internacionais da ABPN argumenta que é preciso levar em conta algumas singularidades de cada povo e cultura para entender o processo de secularização da educação. Ele destaca que a própria noção do tempo é diferente entre africanos e europeus, por exemplo. Enquanto estes seguem uma cronologia, aqueles dão valor maior ao tempo mítico, ao conhecimento endógeno.

“Existe uma ideia de ensino que vem da oralidade. A gente deve lembrar que muitos povos africanos têm como base: a escrita se guarda na cabeça, e o que se conta, no coração”  
— Delton Aparecido Felipe

Por isso, Delton salienta que uma produção de conhecimento apologética, muitas vezes, não utilizava metodologia adequada para uma Ciência, mas pode ser vital para um povo. “Lembrando que essa ideia de Ciência vem de um modelo de produção e construção de sociedade europeia, então estamos falando de uma forma de educação importada para os negros.”

A partir da década de 80 e 90 do século passado, inicia um grupo chamado de novos estudos do continente africano, destaca o professor da Universidade Estadual de Maringá, que produz um conhecimento acadêmico científico sobre determinados rituais metodológicos. Isso é importante, segundo ele, porque vai basear o estudo da realidade do povo negro com referências acadêmicas específicas e em outros idiomas além do inglês e francês. “Sempre digo aos meus alunos que é preciso pensar o tempo para os povos tradicionais africanos, para além das referências do Ocidente. Ou seja, honrar os antepassados para pensar a África hoje, compreender formas de se fazer ciência, construir conhecimento a partir de outros referenciais e possibilidades de formação, inclusive bem além de uma preparação para o mercado de trabalho”, ilustra o docente.

### Algumas instituições contemporâneas



Fonte: José Rivair Macedo

### Experiência transnacional

A experiência de morar em um país africano tem sido transformadora na vida da brasileira Janaína Vianna da Conceição. A professora se mudou para São Tomé e Príncipe em 2019 para estar à frente do Programa Letorado Brasileiro, em que docentes brasileiras da área de Letras atuam em instituições de ensino superior estrangeiras para promover a língua portuguesa e a literatura brasileira. Lá, ela ministra aulas para estudantes do curso de Língua Portuguesa, orienta trabalhos de conclusão, atua em grupos de pesquisa sobre mediação de leitura e coordena o projeto de extensão *Leturagem: quem lê, viaja*. Essas e outras atividades estão sendo registradas na página do [Letorado Guimarães Rosa em São Tomé e Príncipe](#) no Facebook.

“Eu vim de um estado em que a maior parte da população é branca (Rio Grande do Sul). Estar em um país em que vejo pessoas negras ocupando diferentes posições sociais na sociedade e me vejo representada na televisão e em outdoors é uma experiência nova. No início, foi muito impactante”, relata.



Estudantes do curso de Língua Portuguesa da Universidade de São Tomé e Príncipe e participantes do grupo de mediação de leitura “Leturagem: quem lê, viaja”

São Tomé e Príncipe é um país de 200 mil habitantes e tem uma diversidade linguística-cultural grande. Segundo ela, conhecer a história de figuras negras importantes, de cuja existência antes não fazia ideia, tem sido revelador para a ampliação de referências.

“Sou grata por saber que pessoas como o líder Rei Amador, escritoras como Alda Espírito Santo, Conceição Lima, Conceição Lívio e Olinda Beja, ou Katya Aragão (cinasta), e o Gilberto Gil Umbelina (cantor da ilha do Espírito Santo), por exemplo, existem/existam. Sinto que ao conhecer a história de São Tomé e Príncipe, conheço também mais de mim, sinto-me mais plena”  
— Janaína Vianna da Conceição



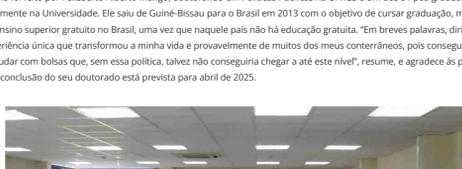
Janaína Vianna da Conceição, Idalácio D’Alva e Ayotilé Pires dos Santos em 2021, na Escola Básica San Feniça, para a 1ª Semana Acadêmico-Cultural de São Tomé e Príncipe

Sobre as diferenças entre o modelo de ensino brasileiro e o africano, Conceição diz que não há uma unidade nos modos de se ensinar, ainda mais quando se considera que o continente africano é composto por 54 países. Ela lembra que lá o ensino é voltado e pensado para a comunidade, focado mais na experiência. “Em São Tomé e Príncipe, ainda há uma predominância de um currículo eurocêntrico e políticas estatais que seguem esse modelo. É um país que conquistou sua independência em 1975, e o Instituto Superior Politécnico, fundado em 1996, foi convertido em universidade em 2014.”

O caminho contrário foi feito por Felizardo Alberto Mango, doutorando em Políticas Públicas na UFPE e um dos 81 pós-graduandos africanos matriculados no curso de graduação em Letras da Universidade de São Tomé e Príncipe em 2013 com o objetivo de cursar graduação, motivado pela oportunidade do ensino superior gratuito no Brasil, uma vez que naquele país não há educação gratuita. “Em breves palavras, diria que estudar no Brasil foi uma experiência única que transformou a minha vida e provavelmente de muitos dos meus conterrâneos, pois consegui ter oportunidades e condições de estudar com boas que, sem essa política, talvez não conseguiria chegar a até este nível”, resume, e agradece às políticas públicas de educação locais. A conclusão do seu doutorado está prevista para abril de 2025.



II Simpósio de Língua Portuguesa de São Tomé e Príncipe, evento organizado pela Universidade de São Tomé e Príncipe e pelo Instituto Guimarães Rosa, em São Tomé, em maio de 2023 (Foto: Arquivo pessoal)



Público da palestra “Marginalização do Negro”, em 2021, na Escola Básica San Feniça, para a 1ª Semana Acadêmico-Cultural de São Tomé e Príncipe no Dia da África (25 de maio)

### Conhecimento afro no Brasil

Centros de estudos afro-orientais se desenvolveram no Brasil a partir da década de 1950 e foram fundamentais para a produção de conhecimento sobre o povo negro no Brasil e no mundo. Hoje existem núcleos de estudos afro-brasileiros e outras organizações para produção de conhecimento. Também houve avanços na legislação, como a Lei 10.639, de 2003, que estabelece o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, e a Lei de Cotas. Essas leis têm contribuído para uma educação mais inclusiva e atuado no combate ao racismo, além de reconhecer mais a produção do conhecimento negro.

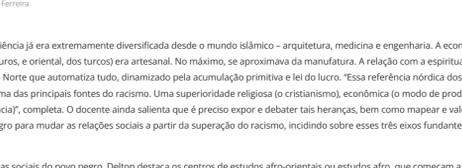
Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e pesquisador de temáticas como racismo estrutural, Jairo Ferreira compara aspectos de legislação, práticas sociais e imaginário na construção e formação social. Ele ressalta ser importante partir da compreensão de que uma sociedade é construída de imaginários sociais, códigos e práticas, além de leis.

“O que os países do Norte fizeram foi automatizar a máquina a partir da Revolução Industrial, depois de terem instituído a concepção de mundo deles com os pilares da educação e cultura. Ou seja, a concretização da ideia por meio de política, economia e tecnologia”  
— Jairo Ferreira

Ele lembra que a Ciência já era extremamente diversificada desde o mundo islâmico – arquitetura, medicina e engenharia. A economia islâmica (ocidental, dos muçulmanos, e oriental, dos turcos) era artesanal. No máximo, se aproximava da manufatura. A relação com a espiritualidade era mediada pela escrita. Será o Norte que automatiza tudo, dinamizado pela acumulação primitiva e lei do lucro. “Essa referência histórica dos últimos séculos, de povo superior, é uma das principais fontes do racismo. Uma superioridade religiosa (o cristianismo), econômica (o modo de produção capitalista) e política (a democracia)”, completa. O docente ainda salienta que é preciso expor e debater tais heranças, bem como mapear e valorizar as práticas sociais do povo negro para mudar as relações sociais a partir da superação do racismo, incidindo sobre esses três eixos fundantes e de justificativa da dominação.

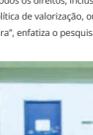
Referente às práticas sociais do povo negro, Delton destaca o estudo de estudos afro-orientais ou estudos afro, que começam a se desenvolver no Brasil a partir da década de 50. Segundo o professor da Universidade Estadual de Maringá, o primeiro foi na Bahia, logo depois no Rio de Janeiro e em São Paulo. Espaços de estudos afro são fundamentais para desenvolver informações de produção de conhecimento sobre o povo negro no Brasil e fora. “Recordo agora, por exemplo, que a Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, teve um centro de estudos afro muito interessante, sendo que uma entre autoras e intelectuais negras que estudou lá foi Léila González.”

Hoje, além desses centros que muitos universitários mantêm, há núcleos de estudos afro-brasileiros e produtores de conhecimento e a própria ABPN, além de políticas e ensino contínuo de temáticas no nível superior de educação. Delton lembra que a própria professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva elaborou um relatório em 2004 em que diz ser necessário fazer o processo de reconhecendo da existência do racismo no Brasil e estabelecer uma política de reparação de todos os direitos, inclusive o direito de saber sobre sua ancestralidade. “Isso foi retirado da população negra. Portanto é preciso construir uma política de valorização, ou seja, reconhecimento, reparação e valorização são fundamentais para a efetivação do ensino de história e cultura afro-brasileira”, enfatiza o pesquisador.



Evento CINE-ÁFRICA na Universidade Estadual do Paraná, em Campo Mourão/PR (Foto: Arquivo pessoal)

### Leia mais:



**Bartolomeu Varela**

O ensino superior em África: potencialidades, desafios e perspectivas

Em artigo publicado no Portal de Conhecimento de Cabo Verde, vice-reitor da Universidade Lusófona de Cabo Verde ressalta a importância de alianças entre universidades e estados nacionais para que as instituições de ensino africanas assumam um papel de protagonismo



**Toyin Fabola**

Nacionalizar a África, culturalizar o ocidente e reformular as humanidades na África

Professor da University of Texas defende, em artigo publicado no periódico científico Afro-Ásia, que as Humanidades podem adquirir poder como a “voz” da África

Revis: Kolleen 11 - Open work, CC-BY-SA 1.0

ÚLTIMAS

- Carta aos leitores | 04.07.24
- Mobilização duradoura de cidadãos voluntários evidencia a necessidade de se repensar modelo de administração pública
- Energias renováveis e mudanças climáticas
- Os impactos das inundações nos museus de Porto Alegre e no direito à cidade
- Os negros vão ganhando espaços na educação
- Música e sociedade na Europa renascentista
- Carta aos leitores | 27.06.24
- Atíngida pelas enchentes, Escola de Administração da UFRGS levanta reflexões sobre o prédio e seus espaços
- Acolhimento às crianças e adolescentes no abrigo sediado na Esfód
- Tecnologias para tempos de emergência

## Especial África



Em alusão à 11.ª Semana da África da UFRGS, o JU apresenta reportagens e artigos sobre diferentes aspectos relacionados ao continente africano, acompanhados de ilustrações da artista visual Mitti Mendonça. Confira a [edição especial completa](#) do JU sobre a Semana da África e o [ensaio](#) com todas as imagens produzidas pela artista.

### :: Posts relacionados



A valorização da ciência frente à nova ordem climática



Os negros vão ganhando espaços na educação



Atingida pelas enchentes, Escola de Administração da UFRGS levanta reflexões sobre o prédio e seus e...



Como as prisões ensinam o que é gênero, sexualidade e identidade

#### INSTAGRAM

Jornaldauniversidadeufrgs  
@jornaldauniversidadeufrgs

Follow

#### REALIZAÇÃO

JORNAL DA  
UNIVERSIDADE

UFRGS  
SECOM

UFRGS

#### CONTATO

Jornal da Universidade  
Secretaria de Comunicação Social/UFRGS

Av. Paulo Gama, 110 | Reitoria - 8.andar | Câmpus Centro |  
Bairro Farroupilha | Porto Alegre | Rio Grande do Sul | CEP:  
90040-060

 (51) 3308.3368

[jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br)

[View on Instagram](#)

Designed using [Unos Premium](#). Powered by [WordPress](#).

[Social Share Buttons and Icons](#) powered by [Ultimatlysocial](#)